



O GOLPE “CIVIL MILITAR” EM PERNAMBUCO: POSSÍVEIS (RE) ABORDAGENS

THE "CIVILIAN MILITARY" COUP IN PERNAMBUCO: POSSIBLE (RE) APPROACHES

Raphael Henrique Roma Correia*

Resumo: O artigo apresentado procura debater sobre alguns procedimentos historiográficos pelos quais, contemporaneamente, se aprecia uma parcela do universo de acontecimentos relacionados à fase inicial dos 21 anos de governos militares no Brasil, em específico a realidade pernambucana, isto é, o processo que culminou no golpe civil-militar deste estado e algumas de suas consequências. Ao arriscar explorar situações tão complexas busco articular diversos métodos e conceitos fornecidos pelas atuais discussões interdisciplinares das ciências humanas, tais como o viés pluralista da cultura política; a biopolítica presentes nos regimes ditatoriais; as escalas micro históricas de estudos; as possibilidades de apreensão e sistematização dos sentimentos; os abusos documentais das fontes policiais. As apreciações a seguir são frutos uma pesquisa desenvolvida, em etapa inicial, junto ao PPPG/UFPB (Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba), referente às primeiras aproximações com a literatura acadêmica sobre o tema, ofereceu estas possibilidades de (re)leituras metodológicas, além de viabilizar a utilização de acervos documentais ainda pouco explorados no estado Pernambuco.

Palavras-chave: Golpe Civil Militar. Repressão. Segurança e Informação.

Abstrac: The paper presented demand discuss some historiographical procedures by which, contemporaneously, enjoyed a portion of the universe of events related to the initial phase of the 21 years of military rule in Brazil, in particular the Pernambuco's reality, that is, the process that culminated in the coup civil-military of this state and some of its consequences. When venture exploring such complex situations, I seek to link several methods and concepts provided by current interdisciplinary discussions of the human sciences, such as pluralist bias of political culture, biopolitics present in dictatorial regimes, micro historical scale studies, the possibility of seizure and systematization of feelings and documented abuses by law enforcement sources. The findings below are the result of a research developed in the initial stage, with the PPPG / UFPB (Program Graduate in History of the Federal University of Paraíba), referring to the first contact with the academic literature on the subject, which offered these possibilities of (re) methodological readings, and enable the use of documentary collections yet explored in the state of Pernambuco.

keywords: Civil Military Coup. Repression. Security and Information.

Recebido em: 29 de julho de 2015.

Aprovado em: 05 de agosto de 2016.

* Mestrando em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH/UFPB). E-mail: raphaelromaczr@gmail.com.



A década de 2010, precisamente o ano de 2014, faz completar o quinquagésimo aniversário do golpe civil-militar de 1964. Quando, em 2004, Carlos Fico analisou a produção acadêmica sobre a Ditadura Militar no Brasil ele atestou que havia certa ausência de estudos propriamente históricos acerca deste período, predominando, apesar disso, estudos com autoria de cientistas políticos e sociólogos (FICO, 2004). Contudo, recentemente a produção historiográfica já demonstrou, a partir de diversas oportunidades, o quanto os 21 anos de governos militares possuem um potencial fecundo e múltiplo ao ofício do historiador.

Levando em conta a divulgação e apreciação destes novos trabalhos historiográficos sobre o período em questão, percebe-se que há um certo consenso relacionado com a viabilidade do golpe de estado em 1964, pois evidenciaram-se as contribuições de parcela considerável da população civil brasileira que possibilitaram ou tornaram menos dificultosas as manobras políticas e institucionais de estabelecimento do regime autoritário arquitetado pelos militares. Um dos desdobramentos desta perspectiva é a utilização do termo “civil-militar” para representar a participação direta de civis na articulação, execução e manutenção do golpe de estado, fatos analisados em pesquisas acadêmicas recentes¹. Sendo cada vez mais difícil negar a célebre e polêmica afirmativa de Daniel Aarão, em que o autor adverte, aos que atribuem apenas aos militares a destituição do governo de João Goulart, que o golpe de estado de 1964 “foi um processo de construção histórico-social, não um acidente de percurso. Foi processada pelos brasileiros, não imposta, ou inventada por marcianos” (REIS FILHO, 2004, p. 50).

Apesar disso, é fundamental que se deixe evidente que apesar da participação dos civis para “legitimação” do golpe, na prática, isto é, na aplicação do poder, sobressaiu-se a atuação dos militares, até porque os grandes prejudicados pela instituição do regime, após golpe de estado, foram justamente a maioria dos brasileiros, os que não gozavam das vantagens do *status quo* estabelecido e que procurou ser mantido. Isto é, mesmo reconhecendo o apoio de parcela significativa da opinião pública aos militares na fase inicial, influenciados em grande medida pelo clima de medo espalhado, entre outros agentes, pela imprensa, é preciso conferir a execução jurídico-administrativa e o processamento do poder instituído aos representantes das forças armadas (FICO, 2014).

¹ Ver: REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000; BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Ed. UnB, 2001. BARRETO, Túlio V; FERREIRA, Laurindo. *Na trilha do Golpe: 1964 revisitado* (orgs). Recife: Fundaj; Ed. Massangana, 2004. DREIFUSS, René A. *1964, a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981;



Admite-se, dessa forma, que há uma distinção entre o momento de destituição do governo democrático e a ditadura militar que se seguiu. Ao longo do texto serão apresentadas situações que evidenciam tal separação.² Por exemplo, o historiador pernambucano Antonio Torres Montenegro, que, aliás, vem coordenando, através da linha de pesquisa de Cultura e Memória da pós graduação em História da UFPE, há tempos uma série de análises relevantes sobre Pernambuco no século XX, adverte que:

A luta dos trabalhadores por direito à cidadania era transformada por grande parte da imprensa e diversas instituições da sociedade civil em um grande medo, em um grande perigo que ameaçava a todos. Assim de forma gradativa eram elaboradas as condições que justificariam a ruptura do pacto constitucional (MONTENEGRO, 2008, p. 24).

Assim, como pode-se encontrar em alguns títulos, editoriais e notícias destacadas em meados nos anos 1950 e 1960 na imprensa nacional, e conseqüentemente pernambucana, atualmente uma onda de manifestações ocupa o noticiário jornalístico e as conversas familiares e de amigos. “*Intervenção militar, já!*” “*Não à cubanização do Brasil!*”, “*Fora comunismo!*”, entre outras, são mensagens que estavam constantemente estampadas, também, nos cartazes e faixas dos protestos organizados pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff nos primeiros meses de 2015. Sobretudo, destaco os elementos de matizes anticomunistas e a exaltação aos governos militares sinalizados nestes cartazes.

Podemos realizar considerações acerca destas atitudes a partir do que François Hartog adverte quando reflete sobre a contemporaneidade, tomando como ponto inicial o século XX, e avalia que, progressivamente, instaura-se nas sociedades ocidentais um regime hegemônico de historicidade diferente dos anteriores, ou seja, o presentismo, o qual, contra a celebração o passado e a ideia futurista de progresso, proclama o presente como único tempo possível, negando qualquer referência ao passado ou ao porvir, para Hartog:

[...]. Passou-se, portanto, em nossa relação de tempo, do futurismo para o presentismo: para um presente que é, para si mesmo, seu próprio horizonte. Sem futuro e sem passado, ou gerando, quase diariamente, o passado e o futuro de que necessita cotidianamente. O slogan “Tudo, imediatamente!”, pichado nos muros de Paris, em 68, é um bom exemplo dessa “hipertrofia do presente” (HARTOG, 2013, p. 11- 13).

² Para uma argumentação mais elaborada sobre essa questão, consultar, por exemplo: FICO, Carlos. O golpe de 64: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014; NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2015.



Presumivelmente, neste sentido, os episódios sociopolíticos dos anos 60 do século XX brasileiro permanecem eruptivos em nosso cotidiano nacional. No entanto, outro exemplo contemporâneo, como contraponto aos anteriores, revela que tal imediatismo, ou presentismo hartogiano, obscurece as versões sobre esse passado, como quando houve a publicação, em 2015 também, do relatório final da Comissão Nacional da Verdade que visa aos registros e ao esclarecimento das circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos praticadas, principalmente, durante o período da Ditadura Militar.³ Contudo, os esforços, empreendidos por dois anos de catalogação de testemunhos, informações, dados e documentos sobre torturas e desaparecimentos, amargam a ausência dos desdobramentos pretendidos. A opinião pública, no geral, parece não ter se comovido com os relatos dos perseguidos políticos e clamam pela volta dos militares ao poder.

Sob este prisma, não posso deixar ausente estas características contemporâneas do referido tema neste texto. Atualmente encontro-me na qualidade de discente do curso de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH/UFPB). Como resultado destas atividades, elabora-se um artigo que terá por alvo a problematização das prisões políticas, especialmente as “preventivas”, efetuadas em Pernambuco no ano de 1964, isto é, imediatamente após a oficialização do golpe civil-militar.

Tal pesquisa busca contribuir com o debate historiográfico da produção recente sobre a ditadura militar no Brasil, ou seja, a partir da “Nova História” acerca destes acontecimentos, em que a maioria das problemáticas ocupa-se com a reconstrução dos fatos históricos demonstrando suas passividades de compreensão e explicação (para além das determinações político-econômicas e do peso as estruturas), entre outras coisas, preocupo-me com os anônimos, o cotidiano dos indivíduos, os seus relatos de memórias e suas trajetórias de vida.

Não há, entretanto, como negar a existência da diversidade considerável de estudos sobre os perseguidos políticos, os presos e torturados, os desaparecidos e os exilados do Brasil. Contudo, nas leituras iniciais da historiografia do período, percebe-se a predominância de atenção às ações pós AI-5. Mas, ao invés de reexaminar a biografia dos grandes líderes, uma possibilidade é o estudo das trajetórias de vida (BORDIEU, 1996), condicionadas a esta

³ Oficialmente os dados contidos no relatório abrangem as violações dos Direitos Humanos entre os anos de 1946 e 1988, apesar de ser evidente a ênfase dada às ações dos governos militares. Ver: Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014.



conjuntura, como a dos cerca de 300 detidos⁴ entre os primeiros oito meses de governo ditatorial, abril a dezembro, no 1964 em Pernambuco pela polícia política (DOPS) e forças militares.⁵ Acreditando haver muito ainda a ser analisado sobre estas detenções, considero relevante pesquisas que procurem estabelecer hipóteses e esclarecimentos contemporâneos, aliados à produção historiográfica recente, sobre a repressão desenvolvida pelos militares, suas instituições, suas práticas e seus discursos legitimadores.

Os métodos do fazer historiográfico constituem-se numa dimensão tão relevante quanto os próprios acontecimentos para o historiador. Representam, também, um objeto de estudo da historiografia, sobretudo, devido ao debate gestado a partir do positivismo do século XIX acerca da validade dos conhecimentos elaborados pelas denominadas ciências humanas, em contraponto às valorizadas ciências exatas. Considero importante registrar isto, pois é necessário que se extinga a perspectiva Rankeana da narração de fatos históricos *como verdadeiramente aconteceram*. Ao contrário, aqui não se entende a dinâmica social como algo pronto e acabado, mas de maneira múltipla e em movimento. Ou utilizando as palavras de Walter Benjamin, entende-se que “*articular historicamente o passado não significa conhecê-lo "como ele de fato foi", Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo*”(BENJAMIN, 1986, p. 244).

Sabidamente, Jacques Le Goff compreende que “a história está sempre no centro das controvérsias” (LE GOFF, 2003, p. 74), ou, noutros termos, que seus profissionais sempre se controvertem em busca de um modelo “ideal” de (re)fazer história. Dessa forma, este texto tem como objetivo principal apresentar algumas possíveis alternativas de análises teórico-metodológicas em relação a um regime ditatorial brasileiro, comandado pelos militares em meados do século XX, especificamente o pernambucano.

Destaco a estruturação das práticas de controle social dos órgãos de segurança e informação do regime militar, sendo, inclusive, potencialmente interessante analisar os artifícios e recursos que antecedem o ano de 1964, uma estrutura inicialmente arquitetada desde o início do século XX e que teve um desenvolvimento efetivo durante os anos 1940.⁶

⁴ Vale ressaltar que este número é o que contabilizo de acordo com a minha documentação, mas existem estimativas de milhares de prisões executadas apenas em 1964 no Estado de Pernambuco. Ver: CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto como o caso foi – Da coluna Preste à queda de Arraes: memórias. São Paulo: Editora Alfa-Omega. 1978. SILVA, Hélio. 1964: Golpe ou Contragolpe?. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1975.

⁵ Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE. Prontuário Funcional n. 26.981.

⁶ Ver: ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves Antunes. O risco das idéias: intelectuais e a polícia política (1930-1945). São Paulo, Tese de Mestrado, FFLCH/USP, 2001 AZEVEDO; Débora Bithiath de. Em nome da ordem: democracia e combate ao comunismo no Brasil (1946-1950). Brasília: UnB, 1992. Dissertação de Mestrado em



Afinal, o regime que se instala não pode ser pensado e analisado separadamente do aparato da tortura e repressão que o constituiu e que durante certo período encontrou apoio em diversos setores da sociedade civil e política para absolver suas ações autoritárias como decorrentes da ameaça comunista.

Um dos empreendimentos orquestrados pelos militares durante seus governos foi a legitimidade e a legalidade da ditadura, conceitos nem sempre sinônimos. Por meio de atos institucionais e constitucionais, ansiava-se a aprovação moral e a justificação para as ações autoritárias (REIS FILHO, 2014). Outra característica destacada pelo cientista político Anthony Pereira no livro *Ditadura e Repressão* é a sobrevivência ou adaptação do sistema judiciário já existente em países Latino-Americanos, em que houve ditaduras militares, mesmo após a implantação do regime ditatorial. Assim ele afirma que:

“Os líderes dos governos militares do Brasil e do Cone Sul preocupavam-se com a legalidade de seus regimes. Apesar de todos eles terem chegado ao poder pela força, esses governantes despenderam grandes esforços para enquadrar seus atos num arcabouço legal, uma mistura do antigo e do novo. Em todos esses regimes houve, por um lado, uma esfera de terror estatal extrajudicial e, por outro, uma esfera de legalidade rotineira e bem estabelecida” (PEREIRA, 2010, p. 53).⁷

Precisamos perceber que assim que se efetuou o golpe civil militar em 1964, não estava disponível, nem tinha dado tempo para ter-se criado uma infraestrutura jurídica e política capaz de satisfazer todas as pretensões repressivas dos militares. No entanto, as estruturas que existiam serviram intensamente para as primeiras manobras.

Além do isolamento dos indivíduos que consideravam como inimigos públicos, os militares aproveitavam a dimensão da informação ao executar as prisões, preventivamente, políticas. Tomar ciência das estratégias, ações e planos dos comunistas e “subversivos” era preocupação recorrente dos militares. Inclusive, existiam, desde pelo menos os anos 1930, órgãos de informação, aproximados por meio de uma *rede e/ou comunidade*⁸ de informações, especializados na análise, decomposição e desdobramento dos dados colhidos nos

História; DIAS, Romualdo. *Imagens de Ordem: A doutrina sobre Autoridade no Brasil (1922-1933)*. São Paulo: UNESP, 1996.

⁷ Ver também WASSERMAN, GUAZZELLI, *Ditaduras Militares na América Latina*, 2004.

⁸ A utilização de um termo ou de outro correspondem à perspectiva dos estudiosos. Autores como Carlos Fico utilizam *comunidade* em conformidade aos termos utilizados pelos próprios agentes em documentos; já outros, como Marcília Gama utilizam *rede* por considerar a palavra mais representativa da complexidade da atuação dos órgãos articuladas pelo regime com militares e civis.



depoimentos dos confinados. Carlos Fico ao estudar a documentação desses órgãos conclui que:

“Deste modo, tomados inteiramente pela desconfiança sistemática, os agentes de informação desenvolveram algumas técnicas de trabalho capazes de gerar culpados em quantidade compatível com o forte sentimento anticomunista de que estavam tomados” (FICO, 2001, p. 100)

Efetuando um jogo de escalas entre as configurações nacionais e as tensões locais, pode-se realizar um debate com a vasta produção acadêmica sobre e do período delimitado. Ao remeter-se a indivíduos presos por motivos políticos, abre-se um conjunto de pessoas relacionadas a diversos setores sociais como filiados a partidos políticos (PCB e PTB, principalmente), trabalhadores ligados a sindicatos rurais e urbanos, aos envolvidos nas ações das Ligas Camponesas, do Movimento Estudantil, e até aos “simpatizantes” e associados aos integrantes destes grupos empenhados em realizar mudanças nas estruturas de desigualdade existentes. Sobre estes grupos de contestadores desfruta-se de estudos profícuos focalizados nas particularidades de Pernambuco, como os de Page (1972), Montenegro (2004), Porfírio (2009) e Silva (2007); além das produções historiográficas que analisam a dimensão macro do golpe conforme os de Bandeira (2001), Napolitano (2014), Reis Filho (2007, 2014), Fico (2004, 2014), Ferreira (2011, 2014), Motta (2002), Ridente (1993) e Matins Filho (1995), entre outros.

Salienta-se a história política e sua importância para a compreensão deste debate. Acredito, pois, que o diálogo estabelecido entre as ciências humanas permitiu uma expansão teórico-metodológica fortuita a elas, como já mencionei. Para a história, especialmente, este debate resgatou, entre outros, as atenções conferidas ao político. Assim, o conceito de cultura política, visando agregar perspectivas da antropologia, da história e da psicologia, configura-se como um dos mais capazes de representar a dimensão do político na vida cotidiana. Principalmente a amplitude pluralista e culturalista da cultura política proposta por autores como René Remond, Serge Berstein e Rodrigo Motta. Ou seja, cultura política como um:

“Conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro.” (MOTTA, 2009, p.21)



O que faz com que o trabalho com política adquira uma propriedade múltipla, diferente da visão clássica da narração das grandes figuras, grandes batalhas, eventos cronológicos marcantes. Transformando-se neste método indispensável para entender o cotidiano, as tradições, as relações de poder estabelecidas e/ou combatidas e as regras e normas sociais como um todo.

Nesta perspectiva, considera-se valorosa as propostas teóricas elaboradas por Giorgio Agamben de que existiu um elo entre a prática da soberania e a ambição de controle da vida das pessoas na política moderna – a *biopolítica*. De tal maneira, a partir das análises de Agamben, em sua obra o Poder Soberano e a Vida Nua, pode-se indentificar pontos de congruência com o quadro do poder soberano (militar) e da perseguição aos subversivos (biopolítica). Num ambiente de:

“estado de exceção, no qual a vida nua era, ao mesmo tempo, excluída e capturada pelo ordenamento, constituía, na verdade, em seu apartamento, o fundamento oculto sobre o qual repousava o inteiro sistema político; quando as suas fronteiras se esfumam e se indeterminam, a vida nua que o habitava libera-se na cidade e torna-se simultaneamente o sujeito e o objeto do ordenamento político e de seus conflitos, o ponto comum tanto da organização do poder estatal quanto da emancipação dele.”(AGAMBEM, 2002, p. 16-17)

Discussão, inclusive, que se associa aos apontamentos foucaultianos, explicitamente referenciado como fonte de elaboração conceitual por Agamben, sobre o controle social dos cidadãos, autor que apresenta pontos de vistas sobre a política que aparentam ser fecundos para entendimento, entre outros, do sentido da vigilância como método de controle social; para vislumbrar a utilização da informação, colhida muitas vezes através de tortura, como saber-poder.

Baseado nas análises de uma série de documentos acerca dos encarceramentos realizados em 1964, principalmente os prontuários – individuais e funcionais – arquivados no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE) relativos a Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS/PE; bem como os relatos de memória do Centro de Documentação e de Estudos da História Brasileira (CEHIBRA) da Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (FUNDAJ); e as entrevistas realizadas pelo Projeto Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil⁹: História Oral da Anistia no Brasil. Além de reportagens jornalísticas publicados pelos grandes veículos de informação do período em Pernambuco: o Jornal do

⁹ Entrevistas disponíveis para análise na internet, no canal do youtube.com “Marcas da Memória”. Link: https://www.youtube.com/channel/UCc_-o5ZHJR03GDtpUqCvvXg/feed acessado no dia 05/05/2015 às 17:01.



Commécio, o Diário de Pernambuco e o Última Hora Nordeste. Pode-se arquitetar uma nova literatura historiográfica sobre este universo, bem como eu inicialmente tento realizar.

Remetendo notadamente ao grupo social desfavorecido pelas consequências do golpe civil-militar, torna-se capaz os desenvolvimentos de pesquisas relacionadas com uma fonte documental rica como o *Prontuário Funcional* de número 1865-D arquivado no fundo 26.981 da Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS/PE). O qual cataloga as ordens de prisões de 290 pessoas decretadas pelo “comando da revolução”, já a partir de 1º de abril. Um documento que registra um painel preciso sobre os presos políticos em 1964, entre abril e dezembro, nas diversas instituições de segurança da capital pernambucana, o 7º Regimento Militar, a Delegacia Auxiliar, a Casa de Detenção do Recife, a Colônia de Férias¹⁰, e ainda os detidos e encaminhados aos “Hospitais Militares” (com aspas no documento original), ao Quartel do Corpo de Bombeiros e em suas Residências.

Nestas listas estão cadastrados o nome completo, a data de entrada e a data de saída da prisão (alguns apenas com a data de entrada), a profissão, o local de trabalho, o município e um espaço para “observações”. Além do mais, todas as pessoas referenciadas nesta lista possuem um *Prontuário Individual* que varia de extensão, particularmente, conforme o grau de ameaça conferido ao indivíduo. É precisamente da análise, classificação e exposição desta farta documentação policial que se manifestou boa parte das problematizações sobre as “prisões preventivas” do ano de 1964 articuladas até aqui.

Neste momento que em nome da “Segurança Nacional”¹¹, que combatia os “inimigos internos” (o comunismo, a afronta à moral e aos bons costumes – “subversão” e a corrupção, dentre outras coisas) o aparato estatal buscou controlar a vida dos cidadãos. Aos que não se alinhavam ao modelo dos “bons costumes” e ordenamento ideológico, estava reservado o aparato repressivo orquestrado pela polícia política. Repressão, inclusive, que atingiu todas as esferas de poder, tendo sido encarcerados os indivíduos sem distinções de posições políticas, recursos financeiros ou prestígio social, tal como nas listas de presos registram-se advogados,

¹⁰ Sobre este local de detenção é preciso que se abra um parêntese devido à falta de informações acerca deste ambiente de isolamento dos presos políticos em Pernambuco. Gratificamente contamos com um empenho atual do historiador Rodrigo Silva que se empenha em esclarecer alguns aspectos desta prisão: SILVA, José Rodrigo de Araújo. Colônia de férias de Olinda: presos políticos e aparelhos de repressão em Pernambuco (1964). Dissertação (Mestrado em História), UFPB, João Pessoa, 2013.

¹¹ A caracterização dos objetivos militares articulados pelo binômio segurança e desenvolvimento pode ser acompanhada no texto do padre belga Joseph Comblin, elaborado a partir de experiências pessoais do sacerdote como a que realizou enquanto assistente do arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara. COMBLIN, Joseph. A Ideologia da Segurança Nacional: O Poder Militar da América Latina. Trad. A. Veiga Filho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.



médicos, policiais, professores de universidades públicas, políticos, bancários, militares, camponeses, comerciários, estudantes, funcionários públicos, engenheiros, entre outros.

Nestes termos, após a efetivação do golpe civil-militar em abril de 1964 empreende-se uma verdadeira caça às bruxas em Pernambuco, que se concentra não apenas nas áreas urbanas, de maior incidência de comunistas, mas também no meio rural.

Esta segurança nacional era significada por meio da própria Lei de Segurança Nacional de 1953, pela qual se fundamentou as detenções de todas as quase 300 pessoas referidas. Um ponto de grande importância é justamente analisar esta busca de uma justificativa legal do autoritarismo militar, numa busca evidente por manter uma aparente democracia, pois as ações repressivas no Brasil, de certa forma destoando das outras ditaduras empreendidas por vizinhos sul americanos, quase sempre buscam ser legitimadas por meio de atos institucionais e/ou leis constitucionais.¹²

Um dos empenhos da referida “nova história” é conferir relevância aos múltiplos acervos documentais escritos, orais e visuais. No intuito de fazer os documentos significantes por meio do entrecruzamento com outros documentos produzidos, todos eles, sem exceção, com intenções e propósitos relacionados às suas origens produtoras. Por isso, para a materialização de uma pesquisa como a que vem se propondo ser possível, a partir de indivíduos pouco conhecidos, a análise de fontes orais torna-se crucial, cogitando-se que estas fontes possuem grande fecundidade num estudo sobre *pessoas desconhecidas*, ou melhor, “protagonistas anônimos” (VAINFAS, 2002). Já que, como afirma Antônio Montenegro (2010, p.63), a história oral é um meio privilegiado para o resgate da vida cotidiana, opera-se com as fontes orais, precavidamente, como documentos férteis, mas que necessitam de uma análise peculiar. Levando em conta que “refletir acerca de uma história de vida a partir do relato oral de memória é debruçar-se sobre fragmentos que o narrador – ainda que com a participação do entrevistador - selecionou para construir uma imagem, uma identidade”.

Pode-se refletir as experiências das detenções destes presos políticos através de suas próprias falas gravadas tanto nas comunicações prestadas em “termo de declarações” aos tribunais militares quanto nos colóquios firmados com entrevistadores acadêmicos. No entanto, é indispensável dar relevo as incompletudes em ambos os tipos de narrativas orais, devido a vários motivos, entre eles os momentos e ambientes em que se fornecem as

¹² Ver: FRANÇA, Andréa da Conceição Pires. Doutrina e Legislação: os bastidores da política dos militares (1964-1985). São Paulo: 2009.



memórias, precisamos, neste sentido, elaborar uma relação não de hierarquização, mas preocupada em evidenciar ao máximo os aspectos dos impactos subjetivos dessas prisões para esses indivíduos.

Sobre os impactos subjetivos, pode-se trazer a debate os apontamentos de Alette Farge, que propõe articular historicamente os sentimentos. Desta maneira, na oportunidade em que se compromete em sondar os aspectos subjetivos de uma prisão política em 1964 deve-se buscar a realização, entre outros, daquilo que Farge fez aos processos policiais do século XVIII, isto é encontrar os:

“[...] ditos por pessoas ordinárias pegas a um só tempo pelo poder e por seu déficit de saber, enunciam a mágoa, a pena, a raiva ou as lágrimas: são palavras de sofrimento. Encontrá-los, retranscrevê-los, é uma primeira coisa, extremamente importante: é tão raro em história escutar as falas” (FARGE, 2011, p. 16).

Esclarece-se que não acredito que seja papel do historiador julgar e/ou condenar os seus objetos de estudo, isto é, não devemos buscar construir uma versão favorável a um lado da história, uma bandeira de luta contra os militares, pois, como demonstra Daniel Aarão, existe uma disputa de memórias sobre os acontecimentos da Ditadura Militar, uma recorrente análise de senso comum que coloca de um lado as vítimas e de outro os opressores, maniqueisticamente divididos entre vilões e heróis (REIS FILHO, 2004). Considera-se, sob este prisma, a proposta de Pablo Porfírio mais fecunda quando este afirma que é “importante desenhar a ampla rede social, cujas ações e/ou omissões, ao longo da década de 50, e principalmente no início dos anos 1960, favoreceram ao estabelecimento de uma ditadura militar no Brasil a partir de 1964”(PORFÍRIO, 2009, p. 16).

Além do isolamento dos indivíduos que consideravam como inimigos públicos, os militares aproveitavam a dimensão da informação ao executar a prisão política. Tomar ciência das estratégias, ações e planos dos comunistas e “subversivos” era preocupação recorrente dos militares.

Observando as transformações ocorridas em Pernambuco na área da segurança, desde 1930, a historiadora Marcília Gama mostra a forma especial que o Estado, através da polícia, esteve atento à sociedade. Percebendo os ditames e as necessidades de cada momento, o governo procurou conduzir da melhor forma o controle da sociedade, seja criando e ordenando suas instituições, ou até mesmo firmando acordos internacionais para melhor preparar seu corpo administrativo.



Para a autora, essas transformações nos aspectos administrativos possuíam uma relação com as peculiaridades de cada período histórico. Na medida em que as práticas sociais caminhavam em uma via divergente da ordem estabelecida e/ou almejada pelo Estado, este corresponderia com adaptações e um novo direcionamento administrativo dos órgãos responsáveis pela segurança

Neste sentido, uma das hipóteses preliminares baseada na observação da documentação do DOPS/PE que registra as breves reclusões de 1964 pode ser de que o objetivo central destas detenções era a coleta de informações. Um dos principais estudos que contribuem com a efetivação deste pensamento é o de Marcília Gama sobre o DOPS. Quando a autora elaborou seu brilhante trabalho sobre a repressão em Pernambuco ela percebeu que a preocupação do aparato de segurança era “*ter o controle da vida dos indivíduos, produzir, apreender, divulgar, fantasiar e manipular informações reais ou imaginárias passa a ser o principal objetivo da polícia política de Pernambuco*”(SILVA, 2007, p. 58). Apresentando um quadro nítido sobre o complexo sistema de vigilância que se desenvolvia antes e durante o período militar.

Abertos recentemente para a consulta pública, com infraestrutura de arquivos públicos a partir da década de 1990, os documentos catalogados pelas Delegacias de Ordem Política e Social brasileiras fornecem, para pesquisadores e sociedade, um panorama abundante das estratégias de repressão, das resistências individuais, das associações institucionais, da unidade dos órgãos de segurança, entre outros, arquitetados ao longo do século XX. No entanto, apesar da fartura, o trato dessa documentação necessita de cuidados expressamente cautelosos, devido às intencionalidades presentes na sua composição e aos aspectos encobertos por uma linguagem oficial e oficiosa. Isto é, como adverte Étienne François é fundamental identificar as “miragens” presentes nos arquivos policiais, estudando a principal organização de polícia secreta e inteligência da Alemanha Oriental o autor conclui que esses documentos construídos por órgãos de segurança “inclusive os mais secretos, encobrem tanto quanto revelam” (François, 1998, p. 157). Sem esquecer-se de deixar expresso o cuidado no tratamento desses documentos delicados, em vista das dimensões “sensíveis” desta documentação¹³, sendo necessário ainda considerar os aspectos subjetivos envolvidos na

¹³ Ver: BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E.. Fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009.



produção desses arquivos repressivos, compostos por documentos apreendidos sem permissão de seus proprietários, interrogatórios e inquirições que desrespeitam qualquer norma penal ou de direitos humanos, por exemplo, e conseqüentemente as divulgações ou utilizações indevidas de informações, muitas vezes, traumáticas para as vítimas desse processo.

Lidar com a complexidade dos arquivos policiais nunca será tarefa fácil, mas atualmente algumas opções proveitosas foram elaboradas a partir das experiências adquiridas pela relação crítica dos estudiosos com esses repertórios de registros. Como detalhado anteriormente, a crise política atual do sistema democrático brasileiro e suas aproximações evidentes com o universo político da primeira metade do século XX precisam ser mais divulgadas e debatidas. Espero ter conseguido expor, de maneira clara e objetiva, neste pequeno texto as minhas pretensões metodológicas na apreciação do golpe civil-miliár em Pernambuco. Conseqüentemente, aspiro, a partir de minha humilde posição de eterno aprendiz historiográfico, poder ampliar horizontes no tratamento de questões que contam com uma cultura histórica dilatada, tamanha é multiplicidade de análises acadêmicas, jornalísticas e de senso comum.

REFERÊNCIAS:

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua I**, trd. Henrique Burigo, 2 ed., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ARAÚJO, Maria do Amparo A. **DOSSIÊ dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964**. Recife : Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. Rio de Janeiro: Ed. UnB, 2001.

BARRETO, Túlio V; FERREIRA, Laurindo (Orgs.). **Na trilha do Golpe: 1964 revisitado**. Recife: Fundaj; Ed. Massangana; Jornal do Commercio, 2004.

BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. Fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, pp. 185-198.

BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas. Vol. 1. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.



BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp 183-191.

CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi** – Da coluna Preste à queda de Arraes: memórias. São Paulo: Editora Alfa-Omega. 1978.

COMBLIN, Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional: O Poder Militar da América Latina**. Trad. A. Veiga Filho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FARGE, Arlette. **Lugares para a História**. Tradução de Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. O governo João Goulart e o golpe civil militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; Delgado, Lucília de Almeida Neves (Orgs.), **O Brasil Republicano**. O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil e militar de 1964. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, vol. 3. 2003.

FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar – espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. O golpe de 64: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014;

FRANÇA, Andréa da Conceição Pires. **Doutrina e Legislação: os bastidores da política dos militares (1964-1985)**. São Paulo: 2009.

FRANÇOIS, Étienne. Os ‘tesouros’ da Stasi ou a miragem dos arquivos. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Orgs.). **Passados recompostos: campos e canteiros da história**. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1998.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HOBSBAWN, E. **Era dos extremos**. O breve século XX - 1914, 1991. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 2003

MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1946-1969)**. São Paulo: Edufscar, 1995.



MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia e memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Org) **O golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guerra contra o perigo vermelho**. O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. (Org). **Culturas Políticas na História: Novos Estudos**, Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2015.

PAGE, Joseph A. **A Revolução que nunca houve**. Rio de Janeiro: Record, 1972.

PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e Repressão: o autoritarismo e Estado de Direito no Brasil, no Chile e na Argentina**. Tradução de Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PORFÍRIO, Pablo F. de A. **Medo, comunismo e revolução: Pernambuco (1959-1964)**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

RIDENTE, Marcelo. **O fantasma da Revolução**. São Paulo: Ed. UNESP, 1993.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SILVA, Marcília Gama da. **Informação, Repressão e Memória: A construção do Estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS PE (1964-1985)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, 2007.

SILVA, José Rodrigo de Araújo. **Colônia de férias de Olinda: presos políticos e aparelhos de repressão em Pernambuco (1964)**. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, UFPB, João Pessoa, 2013.

SILVA, Hélio. **1964: Golpe ou Contragolpe?**. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1975.

TRINDADE, Héliogio. "O radicalismo militar em 64 e a nova tentativa fascista". In: SOARES, Glaucio Ary D. e D'Araújo, M. Celina (Orgs.). **21 anos de regime militar: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.



VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da história:** micro-história. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002.

ARQUIVOS POLICIAIS:

- Prontuários Funcionais:

Fundo: SSP (Secretaria de Segurança Pública) /DOPS-PE (Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco) /APEJE (Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano). Número: 26.981 (Barreto Campelo – Presos Políticos de 1933 a 1974).

- Prontuários individuais:

Arquivados juntamente com os referidos anteriormente: Fundo: SSP (Secretaria de Segurança Pública) /DOPS-PE (Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco) /APEJE (Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Devido a grande quantidade não poderei citá-los neste texto. Mas esclareço que são pastas nominais em que a DOPS registrava tudo que possuía sobre um suspeito, de observações dos agentes secretos até fotos, recortes de jornais e livros encontrados nas residências.

FONTES ORAIS

- A História Oral do Movimento Político-Militar de 1964 no Nordeste”. Recife: CEHIBRA (Centro de Estudos da História Brasileira)/FUNDAJ (Fundação Joaquim Nabuco).
- Projeto Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil. Disponível: https://www.youtube.com/channel/UCC_o5ZHJR03GDtpUqCvvXg/feed. acessado no dia 12 de junho de 2016.